

A BIODIVERSIDADE E A FLORESTA TROPICAL NO DISCURSO DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO¹

Telma Domingues da SILVA

RESUMO *A partir de uma abordagem semântico-discursiva da linguagem, este trabalho tem em vista o modo de produção dos sentidos que se referem à questão do meio ambiente, no que diz respeito às delimitações histórico-discursivas do espaço de representação política. Partindo do acontecimento da ECO-92, desenvolvemos então uma reflexão sobre os processos de significação que envolvem a institucionalização da questão ambiental pela ONU. Através da análise de enunciados extraídos de jornais brasileiros, este trabalho se conduziu, pois, para a compreensão do funcionamento da designação biodiversidade e da designação Conflito Norte-Sul, que remeteriam, respectivamente, a um real sócio-histórico e um real físico-biológico.*

RÉSUMÉ *À partir d'une approche sémantico-discursive du langage, ce travail a pour objectif de saisir le mode de production des sens qui se rapportent à la question de l'environnement en ce qui concerne les délimitations historiques et discursives de l'espace de la représentation politique. Prenant l'événement ECO-92 comme point de départ, nous menons une réflexion sur les processus de signification mis en jeu dans l'institutionnalisation de la question de l'environnement par l'ONU. À travers l'analyse d'énoncés extraits de quotidiens brésiliens, ce travail nous a conduit donc à la compréhension du fonctionnement de la désignation biodiversité et celle de Conflit Nord-Sud, lesquelles renvoieraient respectivement à un réel physico-biologique et un réel socio-historique.*

1. DELIMITAÇÕES NO DISCURSO POLÍTICO

A opção por desenvolver um trabalho tendo como objeto de análise o discurso ecológico se deu inicialmente a partir de um interesse em relação à representação do espaço político atual -- espaço histórico-discursivo, onde intervém o imaginário. No

¹ Texto resultante da dissertação de Mestrado com o mesmo título apresentada ao Curso de Linguística do Instituto de Estudos da Linguagem - Unicamp, no dia 12 de julho de 1995, sob a orientação do Prof. Dr. Eduardo Junqueira Guimarães.

ambientalismo/ ecologismo², ou seja, na inscrição histórica da ecologia como um discurso político, são produzidos deslocamentos de sentido que re-significam esse espaço.

É constitutiva do discurso político a representação de uma mudança do real sócio-histórico: a possibilidade de uma outra, nova, sociedade, ou de uma sociedade melhor etc. A representação dessa mudança inscreve-se na enunciação do discurso político de diferentes formas³.

No que diz respeito à questão ambiental, por um lado ela se encontra representada como movimento. Enquanto tal, o ambientalismo, com um sentido crítico em relação à sociedade atual, vem se situar num lugar de antagonismo em relação ao poder instituído.

Era, antes, o discurso socialista que se evidenciava enquanto um discurso crítico em relação ao sistema de produção capitalista. Representando a possibilidade de uma mudança nas relações produtivas - uma mudança estrutural dessa sociedade centrada na exploração do trabalho pelo capital -, o discurso socialista delimitava-se através de uma oposição ao discurso liberal.

O socialismo, no entanto, fica hoje como o que não se realizou, ou o que não se realizou como se esperava⁴. Essa "irrealização" do socialismo, por sua vez, funciona no sentido de produzir para as relações capitalistas uma *naturalização* e uma *universalização*.

Ao se legitimar enquanto discurso político, o ambientalismo se constitui através de determinadas relações de sentido com essa memória histórico-discursiva, com esses "outros" discursos. Assim é que, primeiramente, o ambientalismo vem se colocar a partir do que teria sido "excluído" não só pelo capitalismo, mas também pelo socialismo: *a exploração do meio ambiente*.

Além disso, diante da naturalização/universalização para as relações capitalistas, a *oposição* entre um discurso liberal e um discurso outro não teria mais lugar, representando um *silenciamento* (Orlandi, 1992) no que diz respeito às possibilidades de significação do discurso político. A crítica do discurso ecológico irá se situar então não na *estrutura* da sociedade, mas nos *efeitos*, nas conseqüências de uma política que se faz

² Na produção acadêmica sobre essas questões, verifica-se uma preocupação em precisar sentidos para os termos *ecologia* e *ambientalismo*. Viola e Leis (cf. nota de rodapé 1 do artigo "A evolução das políticas ambientais no Brasil..." in *Dilemas sócio-ambientais e desenvolvimento sustentável*, Ed. da Unicamp, 1992), por exemplo, advertem para uma diferença "embora o uso vulgar dos termos tenda a ser assimilado indiferenciadamente". Atentando para a inexistência de um terceiro termo que englobasse um e outro campo, optam pelo uso do termo *ambientalismo*. Zhouri ("A maturação do verde na construção do inteiro ambiente" in *Ambiente e Sociedade: possibilidades e perspectivas de pesquisa*, NEPAM/Unicamp, 1992) analisa o funcionamento destas designações nas falas dos candidatos à eleição de 1986 para a Assembléia Constituinte, observando uma tendência por parte destes a se representarem através do termo *ambientalismo*, no sentido de marcar uma posição considerada "mais política".

³ Cf., por exemplo, de M. Pêcheux, "Delimitações, inversões, deslocamentos..." in Orlandi e Geraldí (orgs.), *Cadernos de Estudos Linguísticos* n. 19, IEL/Unicamp, 1990, e *Discurso: estrutura e acontecimento*, Ed. Pontes, Campinas, 1990.

⁴ Pêcheux, "Delimitações...", artigo citado acima.

representar pelo discurso técnico-administrativo do capitalismo: o *discurso de desenvolvimento*.

Se por um lado uma mudança da sociedade é representada no ambientalismo, por outro lado a mudança na sociedade não é *o que situa* esse discurso, delimitando-o. Isto produz a possibilidade de que a questão ecológica seja incluída pelo próprio discurso liberal, inclusão que, por sua vez, representará um deslocamento para o discurso ecológico, no que diz respeito a seu sentido crítico.

2. A QUESTÃO AMBIENTAL NA ONU E A ECO-92 NA IMPRENSA BRASILEIRA

A partir da década de 70 tem início um processo de institucionalização da questão ambiental, através da ONU. A “Conferência das Nações Unidas para o Meio Humano”, realizada em Estocolmo, em 1972, será representativa do início desse processo. As relações entre os Estados eram, pois, até então marcadas pelo *discurso de desenvolvimento*.

Marcando uma diferença em relação à Conferência de Estocolmo, a Conferência do Rio, em 92, será denominada “Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento”. Nestes vinte anos que separam as duas conferências, a questão ecológica, ou, antes, a sua inclusão pelo discurso de desenvolvimento, será “trabalhada”: legitimada, legalizada, institucionalizada... Este é, pois, um trabalho de sentido, e tem no conceito de *desenvolvimento sustentável* não apenas a possibilidade de um reordenamento discursivo, mas também a possibilidade de que este reordenamento seja situado num *determinado* lugar.

Partimos estão, neste trabalho, do acontecimento da ECO-92, no Rio de Janeiro, tendo em vista, primeiramente, uma compreensão dos funcionamentos lingüístico-discursivos representativos da inclusão da questão ambiental no espaço político da relação entre os Estados.

Consideramos que a significação do *acontecimento* (Pêcheux, 1990) se produz a partir de possibilidades interpretativas determinadas pelo *interdiscurso* (Pêcheux, 1988), pela memória discursiva. Na relação com essa memória, ou seja, com esses “outros” discursos, e em torno desse acontecimento, irá se constituir aí então um *discurso de desenvolvimento e meio ambiente*.

Situando-se no acontecimento da Conferência do Rio, esta nossa reflexão se produziu através de uma análise enunciativo-discursiva de textos da ONU e de textos de jornais brasileiros referentes à Convenção da Biodiversidade -- documento negociado por representantes dos diversos Estados e assinado durante a ECO-92. A Convenção da Biodiversidade toca de modo específico a relação entre *ecologia* e *desenvolvimento*, tendo em vista aí uma representação de um real sócio-histórico (nas relações entre os Estados) e de um real físico-biológico (na interpretação da natureza pela Ciência).

A cobertura do evento pela imprensa brasileira deve também, por sua vez, ser pensada em termos da sua especificidade. Na “divulgação” do evento e na “informação”

sobre a questão ecológica -- neste caso, sobre as possibilidades de *utilização* e a necessidade de *conservação* da biodiversidade --; os jornais pesquisados -- *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *Jornal do Brasil* e *O Globo* -- remetem a determinados recortes, que são produzidos a partir de uma imagem do público brasileiro.

Se a centralização da cobertura na Convenção da Biodiversidade poderia ser justificada, por exemplo, como um interesse específico desse público, no seu modo de inscrição nos jornais, entre o que aí se diz e o que não se diz (ou o que nem precisa ser dito), constitui-se para o leitor (para o brasileiro) uma imagem do seu *conhecimento* e do seu *desconhecimento*, da ciência e da história.

No conjunto dos enunciados analisados, procuramos então compreender a constituição dos sentidos da Convenção, tendo em vista, por um lado, a inscrição desta no processo de institucionalização da questão ambiental pela ONU e, por outro lado, a inscrição das falas dos diplomatas e da fala da ciência nos recortes articulados pela imprensa brasileira. Na interpretação desse processo produzida pela imprensa, este trabalho visa também uma compreensão da significação da questão ecológica e das relações entre os Estados para o Brasil.

3. ANÁLISE

a) Funcionando como uma paráfrase de natureza (aquela que deve ser preservada), ou de recursos naturais (aqueles que podem ser explorados), o sentido de biodiversidade, nas definições presentes no nosso corpus de pesquisa, remete simultaneamente à variedade dos ecossistemas e à variabilidade genética. O texto seguinte é o trecho inicial de um box publicado em *O Estado de S. Paulo*, intitulado "O que significa biodiversidade", que engloba ainda um gráfico e uma tabela:

"Desde o início da Rio-92 uma palavra que antes existia apenas no universo dos cientistas começa a se tornar familiar entre os diplomatas e provocar controvérsias entre países. Trata-se da palavra biodiversidade, que indica o potencial que a vida possui de se multiplicar em milhares de formas adaptadas aos mais variados ambientes. Mais de metade desta variedade habita os cerca de 7% da superfície do planeta cobertos por florestas tropicais - geralmente localizadas em países pobres. Mas quem possui maior capacidade tecnológica e industrial para desenvolver produtos a partir das informações genéticas contidas nessas espécies são os países ricos." (Estado, 10 de junho de 1992).

Do "universo" dos cientistas para o do leitor brasileiro, pelas chamadas dos títulos e pela utilização de tabelas, de gráficos e de definições, o sentido de biodiversidade é aqui apresentado, bem como nos outros jornais, através de um "discurso didático".

A definição apresenta o seu objeto através de uma configuração a-histórica. A visão da natureza a partir da diversidade de seus organismos, no entanto, só é possível com a prática, historicamente determinada, da biotecnologia.

b) Para o “universo” dos diplomatas, das relações entre os Estados, a biodiversidade se inscreve através da representação de uma oposição marcada a partir de um discurso de desenvolvimento: países ricos e países pobres, Primeiro Mundo e Terceiro Mundo, países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Representando então uma continuidade e um deslocamento em relação a este discurso, a designação biodiversidade reinscreve a oposição, situando, de um lado, os habitats mais ricos em variedade - nas florestas tropicais - e, de outro lado, as possibilidades de uma exploração racional desses habitats - na biotecnologia.

Ao ser inscrita, pois, no “universo” dos diplomatas, a questão da biodiversidade vai se constituir através das possibilidades de significação produzidas pela memória das relações internacionais.

Assim, por exemplo, a fala de Klaus Toepfer, ministro alemão para Meio Ambiente e Segurança Nuclear, traz a memória da representação do espaço político a partir daquela outra oposição, ou seja, aquela entre o capitalismo e o socialismo:

“É necessário cooperação para que esta questão não se transforme numa nova Guerra Fria entre o Norte e o Sul com a natureza no meio” -- afirmou.”
(O Globo, 7 de junho de 1992)

Se a questão da biodiversidade se produz a partir dos sentidos do “Conflito Norte-Sul”, a realização da Conferência e a assinatura da Convenção da Biodiversidade representarão então a possibilidade de uma cooperação, e, portanto, de uma mudança no que diz respeito às relações entre os Estados.

c) Através das falas dos diplomatas na imprensa brasileira, os sentidos do conflito são articulados por referências globais, universais, de um novo espaço, num novo tempo, constituindo assim, para o acontecimento político da Conferência, uma determinada representação de mudança do real sócio-histórico, como podemos observar nos trechos seguintes:

“... o botânico não tem dúvidas de que o planeta sairá rejuvenescido da Rio-92. ‘Há uma clara possibilidade de se regular a proteção ambiental e garantir o acesso de todos os países às novas tecnologias’.”(Estado, 1 de junho de 1992, “Diretor da ONU critica posição dos EUA”)

“A ministra francesa disse que a Rio-92 precisa definir as bases de uma nova civilização, pois o mundo sofre tanto da doença causada pela pobreza quanto pelo desenvolvimento.” (Estado, 5 de junho de 1992, “França e Áustria vão assinar convenções”)

Na possibilidade de uma formalização jurídica global para a questão do meio ambiente - marcada aqui pelos verbos "regular", "garantir" e "definir" -, a representação da mudança do real sócio-histórico se situa nas oposições entre, de um lado, a proteção ambiental e a pobreza e, de outro, o acesso às tecnologias e o desenvolvimento.

As referências à Conferência através da adjetivação do *novo* funcionam então, nas relações entre os Estados, de modo a remeter ao próprio Conflito. No que diz respeito a uma posição de Primeiro Mundo e uma posição de Terceiro Mundo, estas referências funcionariam ainda, no entanto, a partir de sentidos diferentes, podendo significar, por exemplo, uma *promessa* por parte dos países desenvolvidos e uma *reivindicação* por parte dos países em desenvolvimento.

O discurso do presidente Collor, por ocasião da assinatura da Convenção, será interpretado pela imprensa desse modo:

"Que o mundo novo sirva de berço ao Novo Mundo", ressaltou o presidente brasileiro, ao reivindicar um novo contrato social nas relações internacionais." (JB, 4 de junho de 1992, "Collor pede novo contrato social")

Em termos das relações internacionais, estas referências poderiam então funcionar no sentido de representar um modo diplomático de dizer do Conflito, sem dizê-lo. Assim, a fala do presidente Collor será, através da imprensa brasileira, interpretada a partir do que significa ao não dizer, como por exemplo no trecho seguinte:

"Collor lembrou que 'culpas há para distribuir entre todos nós, mas não vale a pena' falar do passado." (JB, 4 de junho de 1992, "Collor pede novo contrato social")

No que diz respeito ao público leitor, esse silenciamento sobre o passado terá, no entanto, um outro significado. O silenciamento da memória das relações internacionais, constitutiva do sentido do Conflito, fica aí como o que nem precisa ser dito, *porque todos já sabem*. É articulado como o efeito de uma literalidade com que o sentido do Conflito Norte-Sul se apresenta através da imprensa brasileira: a sua interpretação se produziria a partir de uma memória (de um já-dito) que se evidenciaria, como um sentido consensualmente reconhecível.

4. CONCLUSÃO

Procurei nesta exposição, primeiramente, me situar na análise do sentido de biodiversidade, que, em seus funcionamentos parafrásticos, remete ao mesmo tempo a uma representação do real físico-biológico pela ciência e uma representação das relações internacionais, ou seja, de um real sócio-histórico. O sentido do Conflito Norte-Sul, como vimos, apresenta-se aí como constitutivo do sentido de biodiversidade.

Entre o potencial dos *ecossistemas* e o da *biotecnologia*, o sentido de biodiversidade remete à possibilidade de que a questão do desenvolvimento de produtos, que é uma potencialidade tecnológica, seja representado como sendo uma questão ecológica.

Por um lado, em função de uma exploração determinada, a dos laboratórios e indústrias de biotecnologia, a preservação pode ser inscrita através de uma perspectiva humanitária, dada pela necessidade do Homem no desenvolvimento da Ciência. Através dessa mesma perspectiva, por outro lado, as florestas tropicais serão então representadas como um “patrimônio genético da humanidade”.

Entre o potencial dos *ecossistemas* e o da *biotecnologia*, o sentido de biodiversidade remete à possibilidade de que a questão do desenvolvimento de produtos, que é uma potencialidade tecnológica, seja representado como uma questão ecológica. Possibilita-se, assim, um deslocamento tal que o potencial científico e tecnológico fica representado como estando na própria natureza:

“Lá [na Amazônia] pode estar a cura da Aids, do câncer, de coisas assim.”

Com relação à interpretação do acontecimento produzida pela imprensa brasileira, procurei ainda compreender a imagem do leitor que aí se constitui, uma imagem do próprio brasileiro, do Brasil.

Para este público, tanto o sentido da biodiversidade quanto o sentido do Conflito inscrevem-se como já-ditos. Na necessidade de uma explicitação do sentido de biodiversidade, o já-dito pela autoridade da ciência se configura para o leitor como um desconhecimento seu. No silenciamento da memória das relações internacionais entre Primeiro e Terceiro Mundo, por sua vez, não é apenas o sentido do Conflito - que não se explicita aí para além do acontecimento - que se produz como uma *evidência*, na medida em que este se evidencia ainda como constitutivo dos sentidos de *biodiversidade*, da *Conferência da ONU*, da *Convenção...*

Na representação de uma *mudança*, através da Conferência, para as relações internacionais, um imaginário de Ciência e um imaginário histórico se articulam nos sentidos de uma descoberta pelo outro, ou seja, de uma significação do Brasil que se produz fora dele: no Novo Mundo, o imaginário da descoberta histórica pelo Velho Mundo, e no mundo novo o imaginário da descoberta científica pelo Primeiro Mundo.

BIBLIOGRAFIA

- ALTHUSSER, Louis, *Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado*, Lisboa, Ed. Presença/ Martins Fontes, 1980.
- FOUCALT, Michel, *L'orde du discours*, Paris, Gallimard, 1971.
- FOUCALT, Michel, *A arqueologia do saber*, Rio de Janeiro, Ed. Forense-Universitária, 1987.
- GADET, Françoise e HAK, Tony (orgs.), *Por uma análise automática do discurso*, Campinas, Ed. da Unicamp, 1990.

- GUILHAUMOU, Jacques e MALDIDIER, Denise, "Da enunciação ao acontecimento discursivo em Análise de Discurso", in GUIMARÃES, Eduardo (org.), *História e sentido na linguagem*, Campinas, Pontes Ed., 1989.
- GUILHAUMOU, Jacques e MALDIDIER, Denise, "Efeitos do arquivo. A análise do discurso do lado da história" in ORLANDI, Eni P. (org.), *Gestos de leitura*, Campinas, Ed. da Unicamp, 1994.
- GUIMARÃES, Eduardo, "Enunciação e História", in GUIMARÃES, Eduardo (org.), *História e sentido na linguagem*, Campinas, Pontes Ed., 1993.
- GUIMARÃES, Eduardo, "Independência e morte", in ORLANDI, Eni P. (org.), *Discurso fundador*, Campinas, Pontes Ed., 1993.
- GUIMARÃES, Eduardo, *Os limites do sentido: um estudo histórico e enunciativo da linguagem*, Campinas, Pontes Ed., 1995.
- HAROCHE, Claudine et al., "La semantique et la coupure saussurienne", *Langages*, n. 24, Paris, Dider/Larrousse, 1971.
- HENRY, Paul, "Sentido, sujeito, origem", in ORLANDI, Eni P. (org.), *Discurso fundador*, Pontes Ed., Campinas, 1993.
- MAINGUENEAU, Dominique, *Novas tendências em análise do discurso*, Campinas, Pontes Ed., 1989.
- MALDIDIER, Denise et al., "Discurso e ideologia", in ORLANDI, Eni P. (org.), *Gestos de leitura*, Campinas, Ed. da Unicamp, 1994.
- ORLANDI, Eni P., *A linguagem e seu funcionamento*, Campinas, Pontes Ed., 1987.
- ORLANDI, Eni P., *Discurso e leitura*, São Paulo/ Campinas, Cortez Ed./ Ed. da Unicamp, 1988.
- ORLANDI, Eni P., *Terra à vista*, São Paulo, Cortez Ed., 1990.
- ORLANDI, Eni P., *As formas do silêncio*, Campinas, Ed. da Unicamp, 1992.
- ORLANDI, Eni P. (org.), *Discurso fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*, Campinas, Pontes Ed., 1993.
- PÊCHEUX, Michel, *Semântica e discurso - uma crítica à afirmação do óbvio*, Campinas, Ed. da Unicamp, 1988.
- PÊCHEUX, Michel, *O discurso: estrutura ou acontecimento*, Campinas, Pontes Ed., 1990.
- PÊCHEUX, Michel, "Delimitações, inversões, deslocamentos" in ORLANDI, Eni P. e GERALDI, João Wanderley (orgs.), *Cadernos de estudos lingüísticos* n. 19, Campinas, Unicamp/IEL, 1990.
- PÊCHEUX, Michel, "Lire l'archive aujourd'hui", in *Archives et documents de la société d'histoire et d'épistémologie des sciences du langage (Saint Claud)*, 1982: 2: p.35-45.
- PÊCHEUX, Michel, "Sur les contextes épistémologiques de l'analyse de discours", *Mots*, Paris, 1984, 9: p. 7-17.
- PÊCHEUX, Michel e FUCHS, M., "A propósito da análise automática do discurso", in GADET, F. e HAK, T. (orgs.), *Por uma análise automática do discurso*, Campinas, Ed. da Unicamp, 1990.
- PÊCHEUX, Michel e GADET, Françoise, "Y a-t-il une voie pour la linguistique hors du logicisme e du sociologisme?", *Equivalences*, 2-3, 1977, p. 133-146.
- PÊCHEUX, Michel e GADET, Françoise, *La langue introuvable*, Paris, Librairie François Maspero, 1981.